

Resumo

Investiga-se a ação do “ethos” pentecostal na esfera pública tendo como pressuposto a “Declaração de Fé Assembleiana” - o documento institucional teológico-doutrinário das Assembleias de Deus no Brasil. Demonstra-se que a partir da ascensão do pentecostalismo e de sua crescente atuação política surgiu um gradativo conflito entre os valores religiosos e a laicidade brasileira. Aponta-se que esse debate tem sido travado no âmbito dos poderes constituídos principalmente na esfera legislativa e judicial. Estuda-se a influência do “ethos” pentecostal em audiências públicas do Estado e na tramitação de Projetos de Lei sob temas controversos como a sexualidade, questão de gênero, aborto, liberdade religiosa e ensino religioso. Explora-se o posicionamento dos pentecostais em defesa dos valores e da moral cristã, examina-se a práxis do ativismo judicial e sua relação com temáticas progressistas, bem como as implicações dessas práticas no Estado Democrático de Direito. Investiga-se na busca de encontrar uma possível conciliação entre o modelo de laicidade brasileira e a presença do “ethos” pentecostal no espaço público-estatal.

Palavras-Chave:

Ethos;Esfera pública;Valores;Ativismo judicial;Laicidade